CURSO

ALFABETIZAÇÃO DIGITAL

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS
PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

30 THEMIS
GÊNERO JUSTIÇA
DIREITOS HUMANOS

CURSO

ALFABETIZAÇÃO DIGITAL

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS
PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

30 THEMIS
GÊNERO JUSTIÇA
DIREITOS HUMANOS

Copyrigth© Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos
Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

E-book Curso de Alfabetização Digital para Trabalhadoras Domésticas e Promotoras Legais Populares . Themis Maio 2023

Edição Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos

Consultoria Editorial Jussara Bordin

Projeto Gráfico Beatriz Canozzi Conceição

Autoras Márcia Soares
Renata Jardim
Rafaela Caporal
Jéssica Pinheiro
Tábata Silveira dos Santos

Projetos Fortalecendo o movimento de trabalhadoras domésticas através da tecnologia e aprendizagem
programa IGS CARE LAC & Promotoras Legais Populares - Rompendo Barreiras de Acesso à Justiça e Fortalecendo o Bem-Estar Comunitário.

Financiamento CARE LAC
CARE ESTADOS UNIDOS
CUMMINS
FUNDO DA EMBAIXADA DA NOVA ZELÂNDIA
GLOBAL FUND FOR WOMEN

THEMIS Gênero, Justiça e Direitos Humanos
Rua dos Andradas 1137/2205
Porto Alegre . Rio Grande do Sul
Cep 90020-015 http://themis.org.br/

Esta publicação é cofinanciada pelo Fundo da Embaixada da Nova Zelândia no Brasil e pela CUMMINS e CARE-LAC.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6

INTRODUÇÃO 9

OBJETIVO DO CURSO 11

ESTRUTURA E DEFINIÇÃO DE CONTEÚDOS 12

INSCRIÇÕES E SELEÇÃO DAS CURSISTAS 13

PERFIL DAS ALUNAS SELECIONADAS 15

PROCESSO AVALIATIVO 18

DESENVOLVIMENTO DO CURSO 19

PERCEPÇÃO DAS ALUNAS SOBRE O CURSO 22

APONTAMENTOS PARA OS PRÓXIMOS CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO DIGITAL 25

ANEXO 1 30

ANEXO 2 39

ANEXO 3 40

ANEXO 4 41

APRESENTAÇÃO

A THEMIS desenvolve, ao longo de 30 anos, o programa de empoderamento legal com a formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), de Jovens Multiplicadoras de Cidadania (JMCs) e, mais recentemente, de Trabalhadoras Domésticas (TDs). O objetivo é a promoção de aprendizagens e mudanças culturais – nos níveis individual e coletivo – em favor da igualdade de gênero, a partir de uma perspectiva interseccional, contemplando especialmente o enfrentamento das desigualdades de gênero em suas dimensões de raça e classe.

O programa aproxima as mulheres e suas comunidades dos instrumentos e organizações formais da justiça, para que as mulheres e meninas estejam conscientes de seus direitos, compreendam quais as formas de defendê-los e implementá-los, e sejam capazes de intervir e participar do debate público para a criação de um mundo que contemple suas reais necessidades. Assim, "o empoderamento legal subverte a lógica tradicional de justiça, criando uma dinâmica na qual as mulheres são protagonistas na construção de novos paradigmas na distribuição de direitos e justiça, traduzindo e simplificando a linguagem jurídica, descomplicando o entendimento das leis e tornando a rede de serviços mais acessível a todas as mulheres"[1].

[1]THEMIS. Programa de empoderamento legal. Folder, 2022. Disponível em: https://themis.org.br/wp-content/uploads/2022/08/FOLDER-EMPODERAMENTO-LEGAL-CORRECAO.pdf. Acessado em 22/02/2023.

Nos últimos anos, a Themis vem explorando, inovando e desenvolvendo novas ferramentas de conhecimento de direitos através do uso democrático de tecnologias digitais. Em parceria com o Geledés – Instituto da Mulher Negra – e Fenatrad – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, a Themis criou, respectivamente, o PLP 2.0 e o Laudelina, dois apps para acesso à justiça.

De alianças e construções coletivas resulta também esta publicação, desenvolvida no âmbito do Projeto "Fortalecendo o movimento de trabalhadoras domésticas através da tecnologia e aprendizagem – MovyTec", que integra o Programa "Igual Valor, Iguais Direitos". Realizada conjuntamente por Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos e Fenatrad, desde o Brasil, a concretização desta sistematização só foi possível com o apoio e a parceria de CARE LAC. CARE é uma organização humanitária que lidera o combate à pobreza global e fornece assistência vital em emergências. Iniciativas como o projeto "MovyTec" buscam contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), da Agenda 2030: 1) Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas e 2) Objetivo 8: Trabalho decente e crescimento econômico. Também através de parcerias fundamentais se deu o apoio do Fundo da Embaixada da Nova Zelândia, através do projeto "Promotoras Legais Populares – Rompendo Barreiras de Acesso à Justiça e Fortalecendo o Bem-Estar Comunitário", que objetiva ampliar a capacidade de articulação das PLPs com a potencialização do uso de tecnologias para promover o empoderamento das mulheres, possibilitando encurtar o caminho para alcançar a igualdade de gênero.

O Fundo da Embaixada da Nova Zelândia visa apoiar pequenos projetos sociais de curto prazo que contribuam para o desenvolvimento do bem-estar da comunidade em geral.

A presente publicação apresenta a sistematização de uma experiência piloto de alfabetização digital realizada em 2022, em Porto Alegre, pela Themis. Tal compilação é fruto de um processo de acompanhamento sistemático, integral e permanente do curso, no sentido de observar as dimensões a serem desenvolvidas, as necessidades de melhorias que podem ser impulsionadas e aspectos importantes a serem mantidos e aprofundados, que consubstanciam a presente publicação.

INTRODUÇÃO

O Curso de Alfabetização Digital para Trabalhadoras Domésticas e Promotoras Legais Populares foi uma iniciativa da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, em uma parceria com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e com a UniRitter, com vistas à promoção do acesso destas mulheres ao mundo digital, desenvolvendo a autonomia e ampliando competências para interlocução e acesso à informação.

O Curso foi uma experiência piloto, que envolveu cerca de 70 mulheres, oriundas de distintas regiões periféricas das cidades de Porto Alegre e de Canoas, sendo elas lideranças comunitárias formadas pela Themis com foco no empoderamento legal (Promotoras Legais Populares); e trabalhadoras domésticas que possuem referência comunitária nessas lideranças. Entre as trabalhadoras domésticas participantes, compuseram as turmas essencialmente mulheres não sindicalizadas, que foram selecionadas a partir das relações com as Promotoras Legais Populares em seus territórios de atuação. O curso foi realizado em Porto Alegre, nas dependências da Universidade UniRitter, no campus FAPA, que proporcionou estrutura física e uma qualificada equipe pedagógica, através da promoção de um projeto de extensão da própria universidade, implementado por professores coordenadores e alunos extensionistas. O curso contou, ainda, com o apoio de cinco Promotoras Legais Populares que acompanharam todo o percurso das alunas, além da equipe técnica da Themis que esteve envolvida na mobilização, logística, acompanhamento social e pedagógico.

Muitas das integrantes do curso nunca haviam sentado em frente a um computador. Tal aspecto foi revelado já nas primeiras aulas, quando algumas das alunas demonstraram sequer saber a função de um mouse. Outro aspecto que se revelou de forma subjetiva foi a emoção de muitas delas ao acessar um mundo socialmente considerado como superior, do qual sempre estiveram à margem. Em diversas oportunidades, as cursistas vibraram ao escrever seu próprio nome no Word, ao ver imagens no site de buscas, ao acessar sites de seu interesse com relativa facilidade.

Assim, ainda que tenha sido um curso de curta duração, essa primeira iniciativa proporcionou uma oportunidade para quebrar algumas barreiras no uso e manuseio de ferramentas digitais. E se concentrou em executar uma versão piloto do Curso de Alfabetização Digital, com o objetivo de, além de formar uma primeira turma, analisar aspectos a serem qualificados e alterados para a realização de novos cursos, em escala. Assim sendo, foi realizado um acompanhamento sistemático durante a primeira edição no sentido de observar as dimensões a serem desenvolvidas, as necessidades de melhorias que podem ser impulsionadas e aspectos importantes a serem mantidos e aprofundados, que consubstanciam o presente relatório. Ao final do curso, foram realizados encontros com as Promotoras Legais Populares para aplicação dos saberes adquiridos em seus territórios de atuação. Acompanham este material apontamentos para os próximos cursos e as observações acerca desse processo, elaboradas pelas próprias Promotoras Legais Populares (anexo I)

OBJETIVO DO CURSO

A primeira edição do curso de Alfabetização Digital teve como objetivo contribuir para a inclusão digital e ampliar o exercício efetivo dos direitos de trabalhadoras domésticas e Promotoras Legais Populares, através do uso da tecnologia digital, a fim de incidir nas políticas públicas que garantam seus direitos e de suas comunidades. Além disso, promover a democratização digital possibilitando uma maior inserção destas mulheres no mercado de trabalho e a incluisão em um mundo cada vez mais dependente das ferramentas digitais.

Objetivos específicos:

- Apresentar e instruir sobre técnicas de uso do computador, com destaque para: funções do mouse, teclado do computador, Word, uso da internet, ferramentas do Google e acesso a carteira de trabalho digital.
- Justificar e instruir sobre técnicas de uso do celular, com destaque para: teclado, acesso à internet e ferramentas do Google.
- Justificar e incentivar o uso do aplicativo Laudelina versão WEB às cursistas
- Justificar noções de direitos humanos abordando os seguintes temas: empoderamento das mulheres, desigualdades, raça e gênero.

ESTRUTURA E DEFINIÇÃO DE CONTEÚDOS

A proposta metodológica de alfabetização digital foi elaborada através da cooperação ativa entre representantes da Themis, da UniRitter e da Fenatrad. Parte de conceitos de informática básica, noções gerais de operação de um computador, passando pela produção de documentos, acesso à rede mundial de computadores, uso de ferramentas disponíveis nos celulares, criação e envio de e-mails. Além dos conteúdos relativos à informática básica, as cursistas tiveram acesso a temas relativos a direitos humanos, empoderamento legal, combate ao racismo e feminismo. Os conteúdos foram divididos em cinco aulas com duas horas e trinta minutos de duração e um último encontro celebrou a formatura da turma, com a entrega dos certificados de conclusão do curso (anexo 2).

Para facilitar o aprendizado das alunas, foi elaborado um material de apoio contendo os conteúdos de cada encontro. Além deste material, o princípio do desenvolvimento da autonomia no uso de ferramentas digitais básicas foi o fator metodológico orientador do curso e que esteve presente em todos os encontros. Diferente de um curso de informática básica, buscou-se criar um ambiente seguro e propício de aprendizagem, mediado pela garantia de tempo de qualidade dedicado a questões vistas como básicas, mas essenciais e estratégicas no sentido do desenvolvimento da autonomia digital.

card de divulgação para redes sociais

INSCRIÇÕES E SELEÇÃO DAS CURSISTAS

O processo de seleção foi realizado em duas etapas. A primeira foi a abertura de um formulário de inscrição divulgado para toda a comunidade de Porto Alegre e região metropolitana. A divulgação foi realizada através das mídias sociais da Themis, de jornais e de uma forte mobilização comunitária por parte das Promotoras Legais Populares de Porto Alegre e região metropolitana, monitoras do curso. A equipe técnica da Themis também realizou visitas a instituições do Bairro Mario Quintana, próximo ao campus FAPA. Para a divulgação comunitária, foram impressos flyers e para as redes sociais, produzidos cards com as informações sobre o curso.

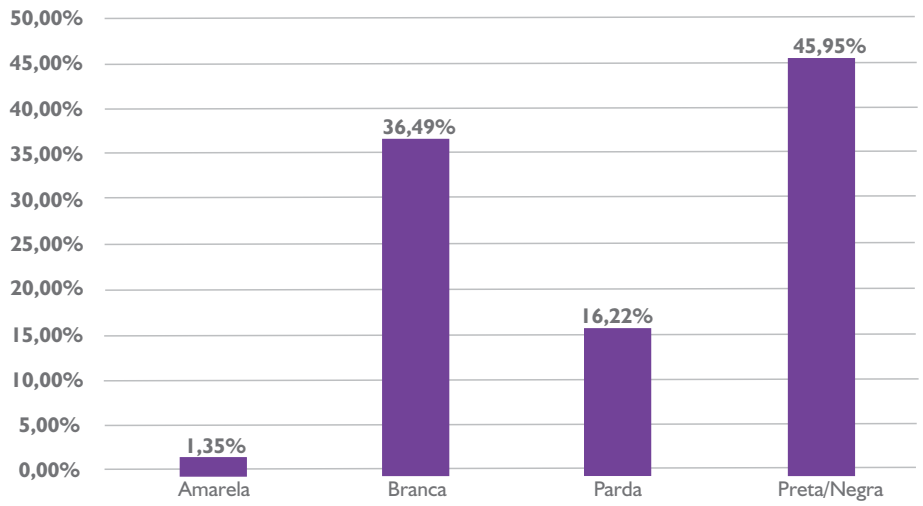
flyer para divulgação comunitária

Foi recebido um total de 155 inscrições. A segunda etapa de seleção foi realizada com apoio das Promotoras Legais Populares monitoras, tendo sido selecionadas aquelas inscritas residentes nos bairros de atuação das PLPs, com a definição de 20 vagas para as próprias PLPs interessadas e 55 vagas para as trabalhadoras domésticas. As selecionadas foram distribuídas em duas turmas: uma no turno da manhã e outra no turno da noite. Para garantir da participação de todas, alimentação e transporte foram fornecidos às cursistas para os dias de aula. Ao longo do caminho, algumas trabalhadoras domésticas desistiram por diferentes situações, tendo sido substituídas aquelas que informaram sua desistência antes do início das aulas ou nas duas primeiras semanas de Curso.

PERFIL DAS ALUNAS SELECIONADAS

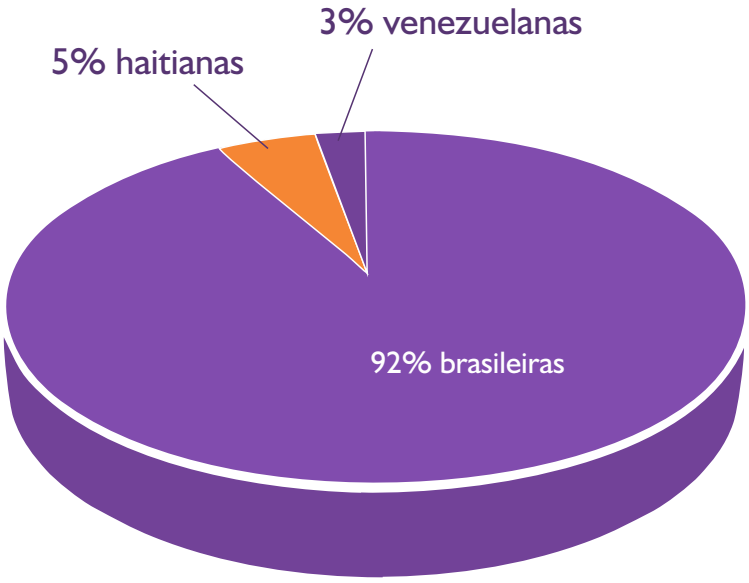
A partir do formulário de inscrições e após a realização da segunda etapa de seleção, chegou-se ao perfil das alunas selecionadas para o curso.
Com relação à cor/raça, as alunas se declararam, em sua maioria, como pretas/negras, conforme gráfico a seguir:

Auto declaração de cor/raça



Fonte: produção própria a partir dos dados de inscrição

No que se refere a questão da nacionalidade, podemos perceber que a maioria das alunas é brasileira, mas que a turma contava com haitianas e venezuelanas, conforme gráfico a seguir:



Fonte: produção própria a partir dos dados de inscrição

Ao longo da realização do curso, percebeu-se que a presença de mulheres estrangeiras na turma – venezuelanas e haitianas – deve ser comemorada, como uma estratégia de inclusão e diversidade. Contudo, a dificuldade com relação à língua é um fator que deve ser considerado. Muito embora compreendam português, elas têm um aproveitamento menor que o restante da turma, perdendo alguns aspectos da orientação dada pela equipe pedagógica. Percebeu-se, ainda, que algumas alunas possuíam dificuldades na leitura e na escrita, o que muito provavelmente indica um analfabetismo funcional, e que também gerou dificuldades no processo de aprendizagem.

Havia, ainda, cursistas de idade mais avançada, que possuíam pouca ou nenhuma experiência com a tecnologia, mesmo com celulares. Estas alunas precisavam invariavelmente de acompanhamento a cada tarefa que era passada. Apesar da enorme dedicação da equipe pedagógica, seria oportuno criar estratégias de atendimento especial para estas alunas, a fim de otimizar a aprendizagem.

PROCESSO AVALIATIVO

Foi elaborado um instrumento de avaliação (anexo 3) para iniciar um diálogo avaliativo das cursistas. Além desse instrumento, a cada aula realizada, a sistematização era feita de modo a destacar aspectos a serem avaliados, melhorados e desenvolvidos. A partir de tal acompanhamento, foi possível produzir reflexões acerca dos aspectos observados no que toca à seleção das alunas, processo pedagógico, metodologia de abordagem, conteúdos desenvolvidos, infraestrutura, logística e avaliação. Ao final do curso, foi solicitado que as cursistas preenchessem um formulário online de avaliação.

DESENVOLVIMENTO DO CURSO

A primeira aula foi realizada no dia 26 de outubro de 2022. Estiveram presentes, além da equipe pedagógica, monitoras e alunos extensionistas da UniRitter. Ao final da aula, foi criado um grupo de WhatsApp para a troca de informações entre alunas e equipe pedagógica, que foi utilizado, também, como espaço para envio de materiais sobre as aulas, justificativa de ausências e compartilhamento de informações.

As aulas eram preparadas e realizadas pela equipe pedagógica, composta pelas/os professoras/es, pelas/os monitoras/es e pela equipe da Themis. Numa dinâmica expositiva e aberta para a participação, os recursos pedagógicos utilizados foram a apresentação dos conteúdos em Power Point, registros de detalhes importantes no quadro e uma apostila com todo o conteúdo. Cada aluna tinha um computador à sua disposição e, também, fizeram o uso dos próprios celulares para a realização de algumas atividades.

As aulas foram acompanhadas por dois professoras/es das áreas de pedagogia e das ciências da computação, cinco integrantes da equipe técnica da Themis, além de contar com o total de dezoito monitoras/es, alunas/os extensionistas da universidade. A equipe se dividiu entre as aulas, sendo todas acompanhadas por ao menos um professor, uma integrante da equipe técnica da Themis e três extensionistas. O envolvimento do corpo discente da universidade se revelou muito importante, tendo em vista a possibilidade dos/das estudantes se envolverem com uma realidade distante da sua, aproximando os saberes acadêmicos dos saberes populares, proporcionando crescimento profissional e humano.

Havia, a cada aula, uma dinâmica de proposição detalhada da atividade a ser realizada, cuja execução era acompanhada pelos monitores. As dúvidas que surgiam entre as cursistas eram socializadas, de modo que fosse possível proporcionar um ambiente dialógico. As atividades geralmente envolviam aspectos teóricos e práticos: uma breve explicação da funcionalidade da ferramenta e o seu uso. Ao final de cada aula, a equipe pedagógica mantinha um espaço aberto para trocas, dúvidas e comentários sobre a realização das atividades propostas. As cursistas demonstraram, ao longo de todo o curso, uma grande satisfação em poderem contar com o acompanhamento dos monitores e monitoras, que se dedicavam no sentido de atender às demandas da aprendizagem de forma individual e atenta.

Ao final da experiência, foi realizada uma solenidade de formatura. Na ocasião, representantes da Themis, da UniRitter das/os monitoras/es e das cursistas se manifestaram no sentido de valorizar aspectos centrais da experiência. A Themis, enquanto entidade implicada na organização do curso, abriu o evento apresentando a dinâmica e agradecendo o comprometimento de todas as pessoas envolvidas. Representantes da UniRitter destacaram o quanto a experiência propiciou o aprendizado de todas/os participantes do projeto: *"A presença das alunas enriquece a universidade e amplia o espectro de possibilidades da formação das pessoas envolvidas"*. Representantes das alunas destacaram a gratidão à equipe pedagógica pela dedicação e pela paciência ao ensinar, além de tratarem de aspectos importantes de suas vidas, de desafios cotidianos, e de como o curso propiciou novas possibilidades no campo da autonomia, que o manejo de ferramentas digitais confere atualmente. Por fim, representantes das/os monitoras/es enfatizaram de forma emocionada o valor da aprendizagem nos seus processos de formação acadêmica, destacando tal experiência como um campo de troca de saberes: "*Aprender a ensinar é, sobretudo, aprender a aprender*".

PERCEPÇÃO DAS ALUNAS SOBRE O CURSO

O curso foi muito bem avaliado pelas participantes. Enfatizaram a importância de dar esse passo inicial no universo do acesso ao mundo digital. Muitas destacaram que o curso poderia durar mais tempo, com maior aprofundamento em algumas ferramentas e conteúdo, especialmente nos temas de empoderamento legal. Nos diálogos avaliativos que realizamos, muitas sinalizaram a dificuldade com as distâncias percorridas, o fato do curso ser desenvolvido em dia de semana – dia de trabalho, e em horários não tão favoráveis, considerado o deslocamento.

A iniciativa, apesar de algumas dificuldades encontradas, teve um grande êxito, reconhecido e manifestado por todas as alunas, sem exceção, que narraram o sentimento de autovalorização, a percepção de novas oportunidades e a noção de maior autonomia a partir das lições aprendidas.

Nesse sentido, é de se destacar o valor da parceria de sucesso estabelecida entre a Themis, a Fenatrad e a UniRitter para atender a uma demanda concreta das participantes de forma altamente qualificada e responsável. A estrutura da UniRitter colocada à disposição do curso, foi excelente. As cursistas valorizaram muito a oportunidade de frequentar um ambiente universitário, e muitas manifestaram o desejo de realizar um curso superior a partir da experiência.

ALFABETIZAÇÃO DIGITAL

Eu nem sabia mexer no mouse.
Eu faço tudo, menos usar o computador, e consegui! Cenira, PLP.

Agradeço aos alunos que estão lá atrás (monitores) porque eles são os melhores!
Eu achei que não fosse conseguir aprender, mas coloquei Deus na frente e consegui.
Meu sonho agora é concluir os estudos." Tatiana, trabalhadora doméstica.

Este curso mostrou a importância da troca de saberes.
Nestas semanas, todas as pessoas envolvidas ensinaram e aprenderam."
Renata Bello Vasquez
Coordenadora da área de Humanidades da UniRitter

O curso (...) foi muito importante para a minha experiência,
para a minha formação enquanto professora."
Vanessa kopp, professora da UniRitter.

ALFABETIZAÇÃO DIGITAL

APONTAMENTOS PARA OS PRÓXIMOS CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO DIGITAL

1 O primeiro aspecto que deve ser observado quando da elaboração da grade curricular das próximas edições é o tempo de duração do curso, de modo a favorecer, além da alfabetização digital, a ampliação de conteúdos sobre empoderamento legal, a realização de processos avaliativos e o estabelecimento de espaços que favoreçam a criação de vínculos entre as cursistas.

2 Sugere-se, ainda, que a aula sobre direitos humanos, feminismo e igualdade racial não seja realizada ao final do curso, de modo que seus conteúdos possam ser trabalhados também em aulas posteriores, com espaço para pesquisa, trabalhos em grupo que envolvessem digitação, elaboração de cards etc.

3 No campo da alfabetização digital, sugere-se realizar um processo avaliativo inicial com vistas ao nivelamento de saberes entre as cursistas. Nesse sentido, seria interessante que as aulas iniciais pudessem dar uma noção geral de navegação às que nunca tiveram acesso aos computadores, e que as dificuldades fossem mapeadas através de um diálogo permanente. Feito isso, seria interessante orientar a formação para o acesso à internet, envio de e-mails, redação de documentos e realização de conferências online.

4

No que se refere à participação de alunos e alunas da universidade na condição de monitores extensionistas[2], recomenda-se que seja realizado um processo seleção e busca ativa de alunos extensionistas de origem popular, ou com uma trajetória de defesa de direitos, o que possibilitaria uma maior sensibilidade com o tema e identificação com as PLPs e trabalhadoras domésticas.

5

Para além das horas complementares que são asseguradas aos monitores extensionistas, um dos objetivos estratégicos da parceria com a universidade é também qualificar a formação humana e profissional dessas/es estudantes. Nesse sentido, é importante que as/os estudantes de graduação tenham acesso a conteúdos formativos sobre educação popular, direitos humanos e o trabalho doméstico, em seu contexto e seu histórico.

6

Desenvolver um processo de formação prévia entre os monitores extensionistas e representantes da Themis e reuniões periódicas para orientação seria uma boa prática. Essa ação possibilitaria nivelar a forma de orientação das alunas em sala de aula, levando em conta que são oriundas de uma outra realidade e reforçando a necessidade de autonomia delas na realização dos exercícios curriculares.

[2] A partir da formalização de um projeto de extensão, os alunos selecionados participam na qualidade de *monitores extensionistas*. De acordo com a normativa atual da universidade, todos os alunos ingressantes precisam cumprir 400 horas ou 10% do curso em atividades dedicadas à extensão, o que significa que, para além da carga horário dedicada ao ensino e à pesquisa, a Unirriter determina que uma parte da formação acadêmica seja mediada pela interação com a comunidade extrauniversitária, numa dinâmica de troca de saberes.

7 Outro aspecto importante é a demanda por um tempo de aprendizagem individualizado. Seria oportuna a disponibilização de um espaço para "aulas de reforço" para as alunas que desejarem. Esse momento poderia contar com o acompanhamento de um monitor extensionista dedicado a sanar dificuldades básicas que algumas possam porventura ter. Esse processo poderia se dar no meio e ao final do curso.

8 Dentre as pessoas que solicitaram as horas de reforço, percebemos que se destacaram as mulheres idosas e as mulheres com prévia dificuldade de escrita e de leitura, de modo que tais aspectos devem ser observados desde a seleção, a fim de que a metodologia contemple todas as cursistas ao longo de toda a experiência, da melhor forma possível.

9 Importante que os exercícios didáticos realizados em classe sejam diversificados, atendendo às diversas necessidades das alunas, como por exemplo, a elaboração de currículo, organização de lista de usos de plantas medicinais, poemas, carta para pessoas queridas, compilados de leis, redação de texto de opinião, postagem em rede social, etc.

10 Percebeu-se a necessidade de inclusão de um módulo acerca de como fazer uma reunião online e elaboração de formulário pela conta Google. Escutamos essa demanda de diversas cursistas que atuam em movimento social ou que desejariam contribuir na organização das trabalhadoras domésticas.

11 Seria importante haver a disponibilização de uma sala para reuniões da turma que favoreça o diálogo circular, com mais possibilidade de mobilidade, escuta, acolhida. A sala de informática não favorece o encontro entre as alunas, a Themis e a equipe pedagógica. Do mesmo modo, algumas das aulas poderiam acontecer em outros espaços, especialmente as relativas aos Direitos Humanos, para estimular o diálogo acerca de conteúdos que ultrapassam o uso das ferramentas digitais.

12 É desejável que o material didático mescle os conteúdos de informática com informações sobre direitos das trabalhadoras domésticas, feminismo, racismo, LGBTfobia etc.

ANEXOS

1
ANEXO

PERCEPÇÕES DAS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES SOBRE O CURSO DE ALFABETIZAÇÃO DIGITAL

Com vistas à realização de novas edições do Curso de Alfabetização Digital, desta vez voltadas para a capacitação e qualificação da atuação das Promotoras Legais Populares nos territórios, pretendeu-se realizar, junto a elas, espaços de escuta sobre a experiência do curso realizado, com foco na avaliação crítica do conteúdo, da metodologia, da logística, entre outros aspectos importantes, por elas elencados. Depois, foi aberto espaço para que as PLPs descrevessem o seu cotidiano de atuação no território, destacando os principais desafios enfrentados.

Por fim, foi estimulado que elas sugerissem o formato e a estratégia para novas edições do Curso, além de apontarem as condições e limites estruturais no território para a realização do curso em suas regiões. Em que pese cada realidade de cada território seja múltipla, complexa, desafiadora e específica, alguns aspectos comuns foram destacados.

Para alcançar tal objetivo, foi elaborado um instrumento avaliativo (anexo 4) para orientar as reuniões de avaliação junto às PLPs nos territórios. As reuniões foram agendadas por intermédio da Themis. Assim, foram realizadas visitas a cada comunidade para conhecer as condições físicas de cada SIM – Serviços de Informação à Mulher, e, a partir dos diálogos com as Promotoras, sistematizar aspectos avaliativos, as narrativas sobre suas atuações e orientações estratégicas para o desenvolvimento do curso. Como parte desse processo, foi elaborado um Plano de Ação para a implementação do Curso de alfabetização digital para PLPs nos territórios.
Apresenta-se, aqui, a sistematização das avaliações das Promotoras Legais Populares (PLPs) e orientações para a realização de novas edição do curso.

1. REUNIÕES AVALIATIVAS NOS TERRITÓRIOS

Foram realizadas cinco reuniões in loco junto a representantes das PLPs participantes do Curso Piloto de Alfabetização Digital. Os encontros aconteceram nos SIMs – Serviços de Informação à Mulher. Tais espaços são organizados pela Themis em parceira com as PLPs. Neles são realizadas ações continuadas para enfrentamento e prevenção às violações de direitos humanos das mulheres. São mantidos por e para as mulheres da comunidade.

Segue abaixo o relato das escutas estabelecidas:

1.1. GUAJUVIRAS

Local / Território: SIM Guajuviras
Presentes: M. L. C e L. R. T. S.
Data de realização da avaliação: 15 de dezembro, 14 horas.

> *O curso foi muito positivo. Só de aprender a utilizar o mouse e o teclado, perder o medo, já foi muito. Foi muito acessível e muito didático. Faltou talvez dedicar mais tempo para a prática de digitação e acessar o básico. Para além da alfabetização digital, senti a necessidade de aprofundar o acesso a ferramentas digitais voltadas para o atendimento às mulheres vítimas de violência. Principalmente o registro de boletins de ocorrência e o envio de e-mails para a polícia militar e outras entidades que compõem a rede de enfrentamento à violência. Foi aventada, ainda, entre as PLPs, a possibilidade de facilitar a elaboração de currículos junto às mulheres vítimas de violência. Além disso, outros temas são interessantes para serem tratados no território, em espaços de formação, rodas de conversa: racismo, machismo (ênfase na violência contra a mulher), LGBTfobia e direitos humanos.*

1.2. LESTE

Local / Território: SIM LESTE - CRAS
Presentes: C. V e L. S. F.
Data de realização da avaliação: 16 de dezembro, 14 horas.

Eu não sabia manusear o mouse. Aprendi demais. Foi um curso muito valorizado pelas PLPs participantes do território. Todas estavam eufóricas, uma mais feliz que a outra, aprendendo. Os professores eram 100%, também os universitários. Esse curso deve ser sim estendido, para as PLPs e para as empregadas domésticas. Porque ajudou muito. Tenho vizinhas que fizeram o curso, uma delas tem um brechó, que conseguiu, aprendeu a fazer um cartãozinho sobre o brechó dela, e só desandou, as pessoas perguntando, indo, comprando. O curso motivou ela também.

Achei o curso excelente. Vi que as mulheres estavam empolgadas, se descobrindo. Acho que devia ter mais tempo de curso, porque tinha bastante questões. Faltou, por exemplo, ensinar fazer sala de reunião. Faltou uma coisa mais direcionada da comunicação, como fazer sala, card, como interagir com outras pessoas das comunidades através do computador. Além disso, saber acessar a defensoria online, os sites da justiça. Ter os arquivos dos atendimentos que fazemos, poder ver alguns processos, tem endereços e telefones que são arquivos. Outros temas que poderiam ser abordados no curso, são o debate sobre o racismo, o machismo, os direitos humanos, o ciclo da violência contra a mulher, que é uma coisa que só avança. Estamos atendendo um caso hoje, de uma mulher que ficou em cárcere privado pelo marido por anos. E nós gostaríamos de poder acolher essa mulher, olhar os processos dela, dar uma orientação. Mas não temos as ferramentas certas. Temos que continuar os cursos. Quanto mais formação para as mulheres, mais independentes elas ficam. Mais sabem quais os direitos e onde ir buscar.

1.3. EIXO BALTAZAR – CLUBE DE MÃES

Local / Território: SIM Eixo Baltazar

Presentes: T. M. O G., M. M. V e M. G. R

Data de realização da avaliação: 19 de dezembro, 14 horas.

O curso foi muito bom. Aprendemos muito. No telefone sabemos mexer. E o e-mail aprendemos um pouco, mas ficou faltando entender mais. Mais tempo de prática. Não tenho ainda experiência com o atendimento de mulheres aqui no território, me formei na última turma. Então, se tiver um novo curso, seria bom abordar as ferramentas para o atendimento e o encaminhamento das mulheres vítimas de violência. Pra nos dar uma segurança maior.

Para mim o curso foi maravilhoso, tem que continuar, principalmente para as PLPs. Muitas não têm o saber acadêmico. Algumas sabem só atender um telefone, não sabem nem mexer. E estamos vendo como encaixar o curso com o nosso perfil.

Nunca tinha sentado na frente de um computador, foi muito bom. Queria ter mais tempo para aprender ainda mais. Saí com dúvidas, mas sentindo que posso aprender mais coisas. O que faltou no curso, que tem que reforçar, são os e-mails, o uso em geral. A informação foi importante, aprender a escrever no teclado. Faltou tempo.

1.4. LOMBA DO PINHEIRO E RESTINGA

Local / Território: SIM Lomba do Pinheiro
Presentes: E. O. S e A. N. S.
Data de realização da avaliação: 20 de dezembro, 10 horas.

Um desafio foi ter que excluir as PLPs para contemplar as trabalhadoras domésticas na primeira edição do curso. Por isso é tão importante realizar uma edição do curso aqui no território. Distância, não importa se tem passagem ou não, mas o problema é que não temos opções de conduções na Lomba. Levamos mais de duas horas pra chegar na Fapa. Não vem um ônibus atrás do outro. Tem umas PLPs que não têm acesso a ônibus. Uma de nós teve que caminhar uma hora pra ir e uma hora pra voltar, só pra pegar o ônibus e fazer o curso lá na Fapa. Outras dificuldades é o fato de serem mães, terem esposos que às vezes dificultam e têm os seus trabalhos. Dia de semana não é simples de se liberar. Ainda assim, mesmo com todas as dificuldades, a gente conseguiu completar o curso. Talvez, mesmo que se faça o curso no território, vão se inscrever 50 e talvez 15 concluam. Tenho muita dificuldade em fazer os chamamentos, convites e o curso me ajudou nisso. Quero aprender mais a fazer card. E se vier com mais amplitude, tem que partir de onde já aprendemos; fazer formulários online, por exemplo, ainda não sabemos e queremos aprender. Aprender ainda a fazer reuniões via zoom ou outra ferramenta.

Achei o curso ótimo. Sabia coisas que esqueci, e lá pude relembrar, só sabia no celular. A distância pra mim era muito grande, moro há uma hora da parada 6. Tinha que sair 16h30 pra chegar lá às 18h. Mas não faltei, fui a todas às aulas, e voltei a pé. Mesmo assim gostei muito. As trabalhadoras domésticas do território da Lomba, que temos contato, também estão muito empolgadas em prosseguir em alguma formação junto à Themis.

Tivemos dificuldade em fazer essa seleção para trabalhadoras domésticas, pela questão da distância, do acesso. Quase todas as mulheres são trabalhadoras domésticas fora da Restinga. Então quando tu sai da Restinga pra trabalhar e tem que voltar pra depois pensar em fazer um curso, é uma coisa quase impossível. Viajamos mais de uma hora pra sair e o mesmo tempo pra retornar. Já chegam em casa tarde. Elas têm filhos, ainda. Além do mais, tivemos problemas de logística. Depois que fechamos as inscrições é que foi viabilizada a van, por exemplo. Nós poderíamos ter garantido mais mulheres se soubéssemos antes que haveria uma van. Igual, deu pra inscrever, e a maioria é ou trabalhadora doméstica, ou atua no trabalho de cuidados de idosos e tal. Uma delas gostou tanto que agora tem o sonho de comprar um computador. Eu já tinha uma noção do básico. Mas trabalhar a questão de link, como elaborar um currículo, acessar a carteira de trabalho, nem ideia. Eu já deixei de escrever um projeto por não sabe lidar com o word muito bem.

1.5. CRUZEIRO

Local / Território: SIM Cruzeiro
Presentes: M. B. S. e S. M. R. M.
Data de realização da avaliação: 20 de dezembro 14 horas.

Adorei o curso, o problema é que o número de mulheres que inscrevemos não deu conta de comparecer; o distanciamento era muito grande para nós. A opção da noite fazia voltarem muito tarde e a da manhã era inviável por ser horário de trabalho. Até pensaram em não participar, mas fizeram esforços. Há uma unidade da Uniritter na região que poderia ser usada para uma próxima edição. Eu sou analfabeta digital, opero nas minhas necessidades, não sei nem fazer buscas no celular e fico tempos sem responder, por não lidar com tranquilidade. Aprendi a lidar com o e-mail e achei isso valioso. Mas tenho muito mais a aprender. Foi favorável o fato de eu fazer dois cursos pela Themis (mídias sociais e alfabetização digital). Fiquei com sede de aprender mais coisas como usar o word, colocar imagem, criar e-mail, mexer nos aplicativos. Quem fez só um dos cursos, só o virtual, talvez não tenha aprendido tanto.

Foi importante ter acesso a um computador. Um curso pode ajudar até a agendar uma consulta no SUS para as mulheres, se nós tivermos acesso. Tudo hoje em dia é via internet. Até para acessar os exames, que ficam disponíveis online, e nós não conseguimos acessar. Também é uma violência quando uma mulher chega num posto e não é atendida porque não tem acesso ao sistema. E elas vem nos perguntar, precisamos saber. Outra situação que temos enfrentado aqui é o não retorno dos processos. Elas fazem perícia no IML e depois acabou, não sabemos mais nada. Sabemos que tem uma parte do processo que não é pública, mas precisávamos saber como dar informações. Se é uma pessoa que não tem acesso à internet, ela nem vai saber onde procurar os direitos. Nos cursos da Themis falamos de pensão, guarda, violência, mas não sabemos orientar como acessar os direitos e as informações pela internet. No meu trabalho enquanto conselheira tutelar, consigo fazer pelo whatsapp muitos atendimentos e encaminhamentos. As principais demandas que antedemos aqui são os acessos aos sistemas de saúde, de justiça e de assistência.

2. SÍNTESES GERAIS E RECOMENDAÇÕES PARA AS PRÓXIMAS EDIÇÕES

No que toca ao conteúdo do curso futuro, em todos os territórios, sem exceção, foi abordada a necessidade de convocar todas as PLPs e estabelecer uma conversa franca sobre suas atuações, seus limites, suas demandas. Para além da infraestrutura dos locais, aparentemente o maior desafio enfrentado pelas PLPs é a desmobilização dos grupos de PLPs. Além disso, também foi uníssona a demanda por acesso aos serviços públicos por meios virtuais: sites do poder judiciário, do SUS, da polícia civil, da defensoria pública, do governo federal (.gov).

Por fim, outro aspecto muito relevante nas conversas foram os relatos de situações de violência contra mulheres e contra jovens nos territórios. Casos atravessados pelos temas do racismo, machismo, feminicídio e dos direitos humanos. Nesse sentido, foi fortemente sugerido maior capacitação sobre esses temas. Assim, os apontamentos a seguir foram elaborados com base nas informações coletadas e nas vivências compartilhadas junto às cursistas.

A

Sugere-se que a estrutura pedagógica geral se baseie em três aspectos:

1. Alfabetização digital básica;
2. Acesso a ferramentas e sites institucionais que contribuam para o enfrentamento à violência nos territórios;
3. Aprofundamento teórico-prático acerca dos temas como enfrentamento à violência de gênero, luta contra ao racismo e à LGBTfobia.

B

Sugere-se que o enfrentamento à violência de gênero, luta contra ao racismo e à LGBTfobia sejam temas transversais, abordados durante as aulas de alfabetização digital integrando os conteúdos das pesquisas e dos trabalhos em grupo,

C Intercalar saberes técnicos de informática com conteúdo sobre acesso a políticas públicas e conhecimento formativo sobre os temas de interesse que atravessam as realidades: direitos humanos, ciclo da violência contra a mulher, feminicídio, genocídio negro, machismo, racismo, LGBTQI fobia.

D No âmbito do acesso a sites institucionais, recomenda-se que o tema seja cuidadosamente abordado, primeiro em linhas gerais e depois de maneira específica.

Sugestões de sites e procedimentos que podem ser desenvolvidos junto às cursistas:

- Registro de Boletim de Ocorrência na Delegacia Online da Mulher (https://www.delegaciaonline.rs.gov.br/dol/#!/delegaciadamulher/main)
- Acesso a informações processuais – andamento de processos – nos sites da justiça.
- Acesso ao .gov, para orientar situações que envolvam saúde, assistência e previdência.
- Busca geral de informações, endereços, telefones de órgãos que componham a rede de enfrentamento à violência.
- Acesso às ferramentas públicas: sistema SUS, Sistemas do poder judiciário, delegacia de polícia online, site do governo, meu INSS, etc.
- Desenvolver ferramentas úteis para atuação no território: fazer formulários, reuniões online, cards, postagens de amplo alcance, elaboração de e-mails formais – fazer modelo.

E Com relação à formação permanente sobre o enfrentamento à violência, ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia, seria interessante que os materiais didáticos contivessem e articulassem estes temas, e que nos aspectos introdutórios houvesse incentivo para que tais temas sejam pesquisados e abordados quando dos exercícios de elaboração de texto, pesquisa na web, envio de e-mails. Sugere-se que a equipe da Themis realize ainda aulas específicas sobre esses temas, instrumentalizando a atuação das PLPs nos territórios.

2
ANEXO

CONTEÚDO DAS AULAS:

26/10

Mouse
Teclado do computador
Teclado do celular
Word

09/11

Criação de conta Google
Google Docs
Criação de pastas de armazenamentos e arquivos
Envio de e-mail

16/11

Uso da Internet
Uso de imagem
Salvar imagens

23/11

Carteira de Trabalho Digital
Revisão de conteúdos de acordo com as demandas

07/12

Empoderamento feminino

10/12

Formatura

3
ANEXO

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INICIAL CURSO DE ALFABETIZAÇÃO DIGITAL

1. Qual a sua idade? _____

2. Você utiliza as redes sociais (WhatsApp, facebook, instagram, etc)?
( )sim ( )não ( ) utilizo pouco

3. Você usa e-mail? ( )sim ( )não ( ) utilizo pouco

4. O que você já sabe utilizar entre as ferramentas digitais disponíveis?
( ) trocar mensagens ( ) enviar e-mai ()Outras: _____
( ) baixar aplicativos ( ) pesquisar sobre direitos ( ) nenhuma das opções
( ) assistir filmes/vídeos ( ) tirar fotos e editar
( ) escrever textos ( ) gravar e editar vídeos

5. Você conhece o aplicativo Laudelina? ( ) Sim ( ) Não

6. Quais as suas maiores dificuldades no uso de computadores e celulares?

7. Quais ferramentas você gostaria de aprender a usar (usar redes sociais, fazer planilhas, pesquisar informações, assistir filmes, edição básica de imagem, de texto, de vídeo, etc)?

8. Você sente falta no seu dia a dia de saber mais sobre o uso de ferramentas digitais? Se sim, em quais momentos, por exemplo?

9. O que você espera do curso?

10. Deixamos, por fim, um espaço para registrar uma ideia ou um comentário livre, se tiveres vontade:

4
ANEXO

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA PLPS REPRESENTANTES

Local / Território:
Presentes:
Data de realização da avaliação:

Questões orientadoras:

I – Da avaliação do curso realizado:

1. Quais os pontos fortes do curso de alfabetização digital do ponto de vista do conteúdo?
2. Quais os pontos fortes do curso de alfabetização digital do ponto de vista da metodologia?
3. Quais os pontos a melhorar? (conteúdo, metodologia, equipe, outros?)

II – Das sugestões para a elaboração de um plano de ação:

4. De que forma o curso de alfabetização digital pode contribuir com a atuação das PLPs no território?
5. Quais as ferramentas digitais que você acredita que podem ser abordadas nas formações de alfabetização digital no território?
6. Quais os conteúdos que podem ser abordados nos cursos de alfabetização digital voltados para as PLPs? Mais políticos (raça, classe, gênero), mais assistenciais (acesso a ferramentas e serviços), mais jurídicos (noções de direitos), outros…?

III – Da situação de infraestrutura no território para o curso:

7. Qual a estrutura existente no território para o desenvolvimento do curso?
8. Quais os aspectos estruturais que precisariam melhorar para que o curso ocorra de forma satisfatória no território?

Dados Internacionacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C977 Curso de alfabetização digital para trabalhadoras domésticas e promotoras legais populares [recurso eletrônico] / Marcia Soares...[et al.].
Porto Alegre, RS : Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, 2023.
44 p. : il. ; PDF.

Inclui índice e anexo.
ISBN: 978-65-87579-13-9(Ebook)

1.Alfabetização. 2. Trabalhadoras domésticas. 3. Promotoras legais populares. I. Soares, Márcia. II. Jardim, Renata. III. Caporal, Rafaela. IV. Pinheiro, Jéssica. V. Santos, Tábata Silveira dos. VI. Título.

2023-770 CDD 372.41
CDU 372.41

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índice para el catálogo sistemático:
1. Alfabetização 372.41
2. Alfabetização 372.41

Apoio

GLOBAL FUND FOR WOMEN

Realização